



Revista Brasileira de Saúde Ocupacional

ISSN: 0303-7657

rbsso@fundacentro.gov.br

Fundação Jorge Duprat Figueiredo de
Segurança e Medicina do Trabalho
Brasil

Dall'Agnol, Marinel Mór; Gastal Fassa, Anaclaudia; Facchini, Luiz Augusto; Benvegnú,
Luís Antônio

Associação do trabalho infantil com transtornos de comportamento do tipo introversão e
extroversão: um estudo transversal no Sul do Brasil

Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, vol. 40, núm. 132, 2015, pp. 206-218

Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=100543072010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re^oalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Associação do trabalho infantil com transtornos de comportamento do tipo introversão e extroversão: um estudo transversal no Sul do Brasil

Marinel Mór Dall'Agnol ¹

Ana Claudia Gastal Fassa ²

Luiz Augusto Facchini ²

Luís Antônio Benvenú ³

Association between child labor and internalizing/externalizing behavioral problems: a cross-sectional study in Southern Brazil

¹ Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Saúde da Comunidade. Santa Maria, RS, Brasil.

² Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-graduação em Epidemiologia. Pelotas, RS, Brasil.

³ Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Departamento de Ciências da Saúde. Ijuí, RS, Brasil.

Contato

Marinel Mór Dall'Agnol

E-mail:

marinelmd@terra.com.br

Trabalho baseado em tese de Marinel Mór Dall'Agnol intitulada "Trabalho de crianças e adolescentes e problemas emocionais e/ou de comportamento", defendida em 2011 no Programa de Pós-graduação em Epidemiologia da Universidade Federal de Pelotas.

Partes do trabalho foram apresentadas no 8º Congresso Brasileiro de Epidemiologia, em São Paulo, 2011, sendo publicadas em seus anais no formato de resumo.

Apoio: CNPq - processo 522028197-7.

Os autores declaram não haver conflitos de interesses.

Recebido: 02/12/2013

Revisado: 29/12/2014

Aprovado: 15/01/2015

Resumo

Objetivo: avaliar a associação entre trabalho infantil e transtornos de comportamento do tipo introversão e extroversão. **Métodos:** estudo transversal com entrevistas domiciliares e aplicação do Child Behavior Check List em 1.608 jovens de 10 a 13 anos e 1.530 jovens de 14 a 17 anos da área urbana de Pelotas, Sul do Brasil. **Resultados:** a prevalência do trabalho foi de 7,3% entre os mais jovens e de 20,7% entre os de mais idade, e a de transtornos de comportamento, de introversão, 25%, e de extroversão, 22%, sem diferença por idade. Análise multivariada (Poisson), estratificada por idade, mostrou associação entre extroversão e trabalho, com prevalência maior entre os mais novos e menor entre os mais velhos. Extroversão associou-se diretamente, nos mais novos, com serviços domésticos e construção civil, e inversamente, nos mais velhos, com serviços não domésticos. Não houve associação com introversão em nenhuma das faixas de idade. Para os mais velhos, o trabalho foi protetor para extroversão, em particular nos serviços não domésticos, porém há possibilidade de causalidade reversa. **Discussão:** o prejuízo ao comportamento na faixa de 10 a 13 anos indica a necessidade de erradicação do trabalho infantil, com atenção especial ao serviço doméstico e à construção civil; o trabalho de adolescentes mais velhos em serviços não domésticos pode trazer benefícios ao comportamento.

Palavras-chave: trabalho infantil; comportamento infantil; prevalência; fatores de risco.

Abstract

Objective: to evaluate the association between child labor and internalizing and externalizing behavioral. **Methods:** a cross-sectional study involving home interview and use of the Child Behavior Check List with 1,608 adolescents aged from 10-13 and 1,530 aged from 14-16 from the urban areas of Pelotas, southern Brazil. **Results:** the prevalence of child labor in the groups studied was 7.3% and 20.7% respectively, and, of emotional/behavioral problems, 25% for internalizing and 22% for externalizing issues, with no age difference. Adjusted hierarchical analysis performed using Poisson regression stratified by age showed association between externalizing behavior and labor, with higher prevalence among younger and lower prevalence among older workers. Among younger, externalizing was directly associated with domestic and construction service while among older, those working in non-domestic services presented lower prevalence. There was no association between work and internalizing problems in both age groups. For older workers, labor had a protective effect against externalizing, particularly in non-domestic services; however, there is a chance of reverse causality. **Discussion:** behavior damage at ages 10 to 13 suggests the need to eradicate child labor, especially regarding domestic and construction services. On the other hand, non-domestic services might be beneficial to older adolescents' behavior.

Keywords: child labor; child behavior; prevalence; risk factors.

Introdução

Em 2012, 168 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos (10,6%) estavam submetidos ao trabalho infantil no planeta, sendo a metade exposta a trabalho perigoso (piores formas de trabalho infantil e os maiores riscos à saúde) (INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION, 2013).

Crianças e adolescentes trabalhadores são expostos a diversos fatores estressantes, especialmente ao assumirem responsabilidades de adultos ou desenvolverem tarefas para as quais ainda não têm habilidade, o que pode acarretar riscos ao desenvolvimento psicossocial e intelectual (DPSI) (FACCHINI et al., 2003a; FASSA et al., 2010). Esses podem causar problemas de saúde mental, imediatos ou latentes, que se manifestarão na vida adulta, podendo diminuir as oportunidades de desenvolvimento social, com prejuízos para a futura carreira (KINNEY, 1993). Entretanto, os estudos que abordam o impacto do trabalho infantil sobre a saúde mental ou o comportamento são escassos e, geralmente, apenas descritivos (MACHADO NETO; CRUZ, 2003; MORTIMER et al., 1992a, b; 1996; MORTIMER, HARLEY, STAFF, 2002).

A maioria das publicações concentra-se nos países de renda alta e enfoca os adolescentes acima de 16 anos. O desconhecimento da influência do trabalho infantil sobre o DPSI deve-se, em parte, à escassez de métodos para aferi-la em grandes populações ou sob as condições encontradas na maioria dos países de renda média (MACHADO NETO; CRUZ, 2003; MORTIMER et al., 1992a, b; 1996; MORTIMER, HARLEY, STAFF, 2002).

Até 2008, os cerca de 300 inquéritos nos quais as estatísticas mundiais são baseadas não avaliavam indicadores de riscos ao DPSI. Naquele ano, a Organização Internacional do Trabalho incluiu um conjunto de questões sobre esses riscos no seu modelo de questionário, investigando se a criança sofre insultos, agressões físicas e abusos sexuais no trabalho. Essa abordagem é importante pois em muitas situações são exatamente os riscos ao DPSI que determinarão se uma ocupação ou local de trabalho é danoso para a criança e se deve ser proibido (FASSA et al., 2010).

O trabalho permanente e com maior jornada tem impacto negativo na saúde mental e no comportamento de adolescentes, como o uso de substâncias (cigarro, álcool, maconha, cocaína e anfetaminas) (SAFRON et al., 2001; STEINBERG; CAUFFMAN, 1995; STEINBERG; DORNBUSCH, 1991; STEINBERG et al., 1993), a discussão com os pais, as brigas com agressão física, os problemas com a polícia e a redução de tempo para hábitos saudáveis como exercícios físicos, lazer, tomar café da manhã e período de sono adequado. As maiores jornadas de trabalho podem ser tanto um sintoma

como um facilitador para dificuldades psicossociais (BACHMAN; SCHULENBERG, 1993). O período em que se ocupa com o trabalho afasta o jovem da escola e restringe seu tempo para a realização de tarefas escolares, atividades extracurriculares e o convívio com amigos e família (SAFRON et al., 2001; STEINBERG; CAUFFMAN, 1995; STEINBERG; DORNBUSCH, 1991; STEINBERG et al., 1993). Estudos com adolescentes que cursam ensino médio mostram que trabalhar de dia e estudar à noite acarreta a redução do período de sono noturno semanal, com sono rebote no sábado (maior duração) e sonolência durante o dia, reduzindo o tempo para lazer e atividades escolares. Essa restrição do sono pode ter impacto negativo sobre a qualidade de vida dos adolescentes estudantes que se inserem precocemente no trabalho (FISCHER et al., 2008; TEIXEIRA et al., 2004, 2007).

Por outro lado, trabalhos com menor duração apresentam, em alguns casos, efeitos benéficos à saúde mental de adolescentes (MORTIMER et al., 2002). O trabalho de boa qualidade pode compensar o efeito de longas jornadas. Jovens para os quais o trabalho oferece a oportunidade de desenvolver ou adquirir habilidades reportam maior satisfação com sua vida e mais esperança com o futuro. Os adolescentes trabalhadores são emocionalmente mais independentes dos pais do que os não trabalhadores (BACHMAN; SCHULENBERG, 1993; MORTIMER et al., 1996; SHANAHAN et al., 1991). O estudo de Benvegnú et al. (2005), no Brasil, identificou que 13,5% dos jovens de 10 a 17 anos apresentavam transtornos emocionais e/ou de comportamento, medidos pelo escore total do *Child Behavior Checklist* (CBCL) (ACHENBACH, 1991) e sua associação com trabalho divergiu segundo as faixas etárias. Entre os mais novos (10-13 anos), os trabalhadores apresentaram prevalência de transtornos emocionais e/ou de comportamento de 21,4%, com razão de prevalência de 1,3 (IC 0,9-1,9), comparados aos que não trabalhavam; para os trabalhadores mais velhos (14-17 anos), essa prevalência foi de 9,5% e a razão de prevalência 0,6 (IC 0,4-1,0). O comportamento não se associou ao tipo de atividade que o indivíduo fazia, porém o trabalho em serviços domésticos apresentou associação com significância estatística limítrofe. No grupo de adolescentes mais velhos, observou-se associação inversa entre idade que começou a trabalhar e os transtornos emocionais e/ou de comportamento. Entretanto, os problemas foram avaliados de forma geral, não explorando as particularidades do comportamento (BENVEGNÚ et al., 2005).

Indicadores globais de comportamento, como o escore total do CBCL, congregam em um mesmo grupo indivíduos com perfis bem diferentes, com variadas conotações individuais e repercussões sociais. A criança problema pode ser desde a retraída à com problemas de atenção ou sexuais até a delinquente. O envolvimento

com o mundo do trabalho pode ter impacto diferente em cada um desses perfis, ou ser determinado por eles. Este artigo pretende aprofundar o entendimento da relação do trabalho infantil com o comportamento de crianças e adolescentes, discriminando-os em seus componentes que denotam introversão e agressividade ou delinquência, aferindo-os com as escalas Introversão e Extroversão do CBCL.

Este estudo foi conduzido na cidade de Pelotas, no extremo sul do Brasil, que, na época da coleta de dados, tinha uma população urbana de cerca de 270 mil habitantes, com 21% de indivíduos na faixa etária de 10 a 17 anos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1992). A cidade é polo regional, sendo referência para o setor de serviços, universidades e atenção à saúde. A principal atividade industrial é o processamento de frutas, óleo vegetal e carne. Apesar de situada numa das regiões mais desenvolvidas do país, passou por estagnação econômica, com acentuado processo de desindustrialização e consequente aumento do desemprego e do trabalho informal. Nesse contexto, a renda dos adultos podia ser insuficiente para garantir a subsistência familiar, aumentando a preocupação local com o trabalho infantil.

Metodologia

O estudo foi transversal e avaliou as pessoas de 10 a 17 anos residentes na área urbana de Pelotas. A coleta de dados ocorreu em entrevistas domiciliares realizadas por estudantes de Medicina e Enfermagem, de janeiro a agosto de 1998. A seleção da amostra foi por conglomerados em um estágio. Os setores censitários urbanos da cidade foram estratificados, excluindo-se aqueles de maior renda, isto é, aqueles em que mais de 1,5% dos chefes de família tinham renda superior a 20 salários-mínimos (R\$ 2.400,00). Por esse critério, 175 setores (68%) eram elegíveis e, desses, foram sorteados os 22 setores necessários para compor a amostra (13% dos elegíveis). Nesses setores foram visitados todos os domicílios, buscando-se entrevistar todas as pessoas da faixa etária de interesse, exceto as impossibilitadas de responderem o questionário e as institucionalizadas.

O cálculo da amostra foi centrado na avaliação do poder estatístico para investigar as associações propostas, uma vez que a amostra já estava constituída para estudo mais amplo sobre trabalho infantil conduzido pelos autores. O poder estatístico foi calculado para as duas subamostras das faixas etárias de interesse com os seguintes critérios: na idade de 10 a 13 anos, a razão de não expostos/expostos (não trabalhadores/trabalhadores) foi de 13:1 e a menor prevalência de desfecho entre os não expostos foi de 22% (para extroversão). Com esses parâmetros

foi possível identificar riscos relativos de até 1,6, com um poder estatístico de 80% e um nível de confiança de 95% com a amostra existente. No outro estrato (14 a 17 anos), a razão de não expostos/expostos foi de 4:1 e a menor prevalência do desfecho entre os não trabalhadores foi de 23% (extroversão), possibilitando a investigação de riscos relativos de 1,5 com o mesmo poder estatístico e o mesmo nível de confiança.

As informações referentes a cada indivíduo da amostra foram coletadas em entrevistas domiciliares com três diferentes tipos de informantes e de instrumentos: a criança ou adolescente respondeu o questionário infantil sobre sua idade, escolaridade e situação ocupacional. O questionário familiar foi aplicado à dona da casa, captando as informações sobre os residentes no domicílio. Esses dois instrumentos foram estruturados para esta pesquisa. O terceiro questionário foi o *Child Behavior Checklist* (CBCL) dirigido à mãe de cada criança ou adolescente. O CBCL foi validado para uso no Brasil, apresentando sensibilidade de 80,4%, especificidade de 66,7% e Índice de Classificação Errônea Total de 20,4% (BORDIN et al., 1995, 2013). A mãe identificava a frequência de cada uma das atitudes de seu filho listada nos últimos seis meses (não ausente, às vezes e frequentemente, codificadas de zero a dois). As respostas foram somadas e convertidas em escores T e classificadas com comportamento problemático a nível clínico quando o resultado foi superior a 60. O agrupamento de questões classifica o comportamento em duas escalas: introversão (*internalizing*), obtida a partir das síndromes de retraimento, queixas somáticas e ansiedade, e extroversão (*externalizing*), composta pelas escalas de comportamento delinquente e comportamento agressivo. A escala introversão inclui 32 questões, por exemplo: se o indivíduo isola-se e não cria relações afetivas com os outros; é infeliz, triste ou deprimido; tem problemas físicos sem causa conhecida do ponto de vista médico, como dores de cabeça; acha que deve ser perfeito; queixa-se de que ninguém gosta dele etc. Extroversão inclui 33 questões, entre elas se comete atos de vandalismo, estraga ou destrói coisas públicas; rouba coisas em casa; manifesta crueldade, intimidação ou maldade para com os outros; é desobediente na escola etc.

O trabalho infantil no momento da entrevista foi definido como quaisquer atividades que contribuíssem para a produção de bens ou serviços, incluindo as não remuneradas e excluindo as domésticas realizadas na casa em que o jovem residia. A atividade produtiva foi caracterizada solicitando-se ao adolescente que descrevesse o tipo de trabalho, as suas tarefas e o nome da empresa. Essas informações foram categorizadas em serviços não domésticos (repcionista, *office-boy*, entrega de folhetos, auxiliar de esporte, digitação e outras atividades de informática, filmagem de festas, professor particular, borracheiro, conserto de aparelhos

domésticos etc.), serviços domésticos (babá, empregada doméstica, limpeza de pátios, caseiro e outros), comércio (ajudante em bar, entregador em domicílio, vendedor ambulante, feirante etc.), construção civil, indústria de manufatura (ajudante de marceneiro, padeiro, doceiro etc.) e outros, que incluem agropecuária e atividades marginais (guardador de carro, pedinte, catador de lixo etc.). Para a análise de extroversão foram agregadas as categorias indústria de manufatura e outras, devido ao pequeno número de sujeitos nesses grupos.

A idade foi captada em anos completos. A amostra foi estratificada em duas faixas etárias, devido à possibilidade de modificação de efeito na associação do trabalho infantil com o comportamento (BENVEGNÚ et al., 2005). O ponto de corte foi 14 anos, que era a idade mínima legal para trabalho de adolescentes na época da coleta de dados. Os indivíduos da faixa de 10 a 13 anos serão denominados mais jovens e de 14 a 17 anos, mais velhos, para facilidade de redação. A adequação da escolaridade para a idade foi calculada relacionando-se o número de anos escolares aprovados e a idade em anos completos no momento da entrevista. A escolaridade foi considerada adequada quando a equação idade menos série era inferior a oito, isto é, quando aos oito anos tinha concluído a primeira série, aos nove anos tinha concluído a segunda série e essa relação era mantida nas idades subsequentes. Assim, era inadequada quando havia um atraso da escolaridade para a idade, indicando possíveis reprovações ou abandono escolar. A renda familiar foi calculada pela somatória da renda de todos os moradores do domicílio no mês anterior à entrevista, incluindo-se a do adolescente, quando tinha trabalho remunerado. A ocorrência de problemas familiares foi captada perguntando-se à dona da casa se algum dos moradores daquela residência, nos últimos 12 meses, tinha apresentado pelo menos uma das seguintes situações: separação do marido/esposa, mãe solteira, problemas com bebidas ou drogas, acidente grave, alguma doença que exigia cuidado constante, morte, desemprego, falência ou grandes dívidas.

Os dados foram processados em dupla digitação, validação e análise de consistência no programa EPIINFO 6.0 e, a seguir, exportados para o programa STATA 9.0 (STATA CORP, 2001), para análise bivariada e multivariada. A descrição da população foi feita por proporções de variáveis qualitativas. As associações entre as variáveis independentes e os desfechos (escalas de comportamento) foram avaliadas por Regressão de Poisson com variância robusta, calculando-se as razões de prevalência e seus intervalos de confiança. A análise multivariada foi hierarquizada, conforme modelo teórico que estabeleceu, no primeiro nível, renda familiar, sexo e cor da pele da criança ou adolescente; no segundo, escolaridade da criança ou adolescente; no terceiro, problemas e punições familiares; e, no

quarto, o trabalho infantil. Para esse último nível foram feitas duas análises com diferentes indicadores de trabalho, uma incluindo a variável “estar trabalhando” e outra com “atividade produtiva” (tendo como grupo de referência os não trabalhadores). As variáveis que apresentaram associação com erro alfa inferior a 20% foram incluídas na análise multivariada para controle de fatores de confusão. Após esse ajuste foram consideradas significativas as associações com $p\text{-valor} \leq 5\%$.

O projeto foi aprovado quanto às questões éticas e metodológicas pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Pelotas (OF. 022/08). Foi solicitado o consentimento verbal da mãe ou responsável pela criança ou adolescente e garantido o seu direito de recusa e a confidencialidade.

Resultados

A amostra incluiu 1.608 indivíduos na faixa de 10 a 13 anos e 1.530 na de 14 a 17 anos. As perdas totalizaram 7,6% de crianças e adolescentes (sendo que, dessas, 29% foram recusas) e 131 indivíduos (3,8%) não foram avaliados pois os responsáveis por eles não foram encontradas ou se recusaram a responder ao CBCL.

A **Tabela 1** apresenta a distribuição da amostra, estratificada nas faixas etárias. Metade da amostra tinha renda familiar mensal superior a quatro salários-mínimos e 10% recebiam até um salário-mínimo. Em ambas as faixas etárias a distribuição por sexo foi homogênea e a maioria tinha cor da pele branca (acima de 75%). A escolaridade não estava adequada à idade para 42% da faixa etária de 10 a 13 anos e, entre os mais velhos, essa inadequação foi mais frequente, atingindo 68%.

Em 40% das famílias havia acontecido algum problema com pelo menos um dos residentes do domicílio no último ano. Um terço dos entrevistados da faixa etária menor referiu que apanhava de algum familiar quando fazia algo errado, enquanto que 7% dos mais velhos referiram sofrer esse tipo de punição.

A ocorrência de trabalho infantil no momento da entrevista foi de 7,3% na faixa etária de 10 a 13 anos e de 20,7% entre os mais velhos. A atividade produtiva mais frequente foi o comércio, nas duas faixas etárias, seguida de serviços domésticos entre os mais jovens e de serviços não domésticos entre os mais velhos.

Um quarto dos jovens apresentava transtornos emocionais e/ou de comportamento do tipo introversão e cerca de 20%, o comportamento do tipo extroversão, de forma semelhante entre as faixas etárias.

A **Tabela 2** apresenta os resultados das análises brutas e ajustadas de introversão entre os mais

jovens (10 a 13 anos). Na análise multivariada, a renda familiar manteve-se inversamente associada com o comportamento introversão. A prevalência de introversão foi menor entre as meninas, enquanto ter problema na família e apanhar de familiares associaram-se significativamente ao aumento de sua ocorrência, com Razões de Prevalência (RP) 1,5 e 1,2, respectivamente. Entre os mais novos, estar trabalhando

não se associou com introversão após o ajuste para os fatores de confusão. Entretanto, considerando a atividade produtiva, os que trabalhavam em serviços domésticos apresentaram prevalência 50% maior para introversão do que os que não trabalhavam, mas com p-valor no limite da significância ($p = 0,06$).

Entre os mais velhos, o comportamento introversão também esteve inversamente associado com renda

Tabela 1 Características sociais, econômicas e de comportamento de amostra de crianças e adolescentes residentes na área urbana, estratificada por faixas etárias; Pelotas, RS, 1998 ($n = 3.138$)

<i>Característica</i>	<i>10 a 13 anos (n = 1.608)</i>		<i>14 a 17 anos (n = 1.530)</i>	
	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Renda familiar mensal ¹				
Até 1,0 salário-mínimo	152	10,7	137	10,1
1,1 a 4,0 salários-mínimos	610	42,9	539	40,0
> 4,0 salários-mínimos	659	46,4	671	49,8
Sexo				
Masculino	826	51,4	762	49,8
Feminino	782	48,6	768	50,2
Cor da pele				
Branca	1.211	75,4	1.189	77,8
Não branca	396	24,6	340	22,2
Escolaridade adequada para idade				
Sim	933	58,3	492	32,3
Não	668	41,7	1.032	67,7
Problemas familiares				
Não	929	58,4	845	55,9%
Sim	661	41,6	668	44,2
Apanha de familiar quando faz algo errado				
Não	1.079	67,3	1.421	93,0
Sim	525	32,7	106	6,9
Está trabalhando				
Não	1.491	92,7	1.213	79,3
Sim	117	7,3	317	20,7
Atividade produtiva				
Não trabalha	1.491	92,7	1.213	79,3
Serviços não domésticos	20	1,2	84	5,5
Serviços domésticos	34	2,1	55	3,6
Comércio	42	2,6	103	6,7
Construção civil	9	0,6	48	3,1
Indústria de manufatura	2	0,1	18	1,2
Outros	10	0,6	7	0,5
Comportamento				
Introversão	424	26,4	396	25,9
Extroversão	362	22,5	325	21,2

¹12,8% de ignorados; Salário-mínimo: R\$ 120,00.

familiar após o ajuste para confundimento (**Tabela 3**). A prevalência de introversão foi maior entre os indivíduos de cor branca e entre os que referiam problemas familiares e que apanhavam em casa quando cometiam algum erro (RP entre 35% e 50% maior). Estar trabalhando não se associou com introversão

entre os mais velhos ainda na análise bruta. Porém, o trabalho na indústria de manufatura teve maior prevalência de introversão, mas com o ajuste para os fatores de confusão essa associação passou a ser limítrofe ($p = 0,051$) (**Tabela 3**).

Tabela 2 Análise bruta e ajustada, por Regressão de Poisson, para comportamento introversão, na faixa etária de 10 a 13 anos, segundo características das crianças e de suas famílias; Pelotas, RS, 1998 (n = 1.608)

	Prevalência de introversão %	RP (IC _{95%}) bruta	RP (IC _{95%}) ajustada ¹
<i>1º nível: sociodemográficas</i>			
Renda familiar ^{2,3}			
Até 1,0 salário-mínimo	31,6	1,00	1,00
1,1 a 4,0 salários-mínimos	28,9	0,91 (0,70-1,19)	0,91 (0,70-1,18)
> 4,0 salários-mínimos	22,6	0,72 (0,54-0,94)	0,70 (0,54-0,93)
Sexo			
Masculino	30,0	1,00	1,00
Feminino	22,5	0,75 (0,65-0,89)	0,74 (0,62-0,88)
Cor da pele			
Branca	26,4	1,00	
Não branca	26,3	0,99 (0,82-1,20)	
<i>2º nível: escolaridade da criança</i>			
Escolaridade adequada para idade			
Sim	24,3	1,00	1,00
Não	28,9	1,19 (1,01-1,40)	1,02 (0,85-1,23)
<i>3º nível: problemas e punições familiares</i>			
Problemas familiares			
Não	21,0	1,00	1,00
Sim	34,0	1,62 (1,38-1,91)	1,50 (1,25-1,79)
Apanha de familiar quando erra			
Não	23,8	1,00	1,00
Sim	31,6	1,32 (1,13-1,57)	1,21 (1,01-1,45)
<i>4º nível: trabalho⁴</i>			
Está trabalhando			
Não	25,8	1,00	1,00
Sim	34,2	1,32 (1,01-1,73)	1,20 (0,90-1,60)
Atividade produtiva			
Não trabalha	25,8	1,00	1,00
Serviços não domésticos	40,0	1,55 (0,90-2,67)	1,35 (0,76-2,41)
Serviços domésticos	41,2	1,60 (1,06-2,41)	1,49 (0,98-2,24)
Comércio	31,0	1,20 (0,76-1,90)	0,94 (0,51-1,70)
Construção civil	22,2	0,86 (0,25-2,93)	1,02 (0,31-3,35)
Indústria de manufatura	50,0	1,94 (0,48-7,79)	1,80 (0,38-8,51)
Outros	20,0	0,78 (0,22-2,69)	0,80 (0,25-2,58)

RP: razão de prevalência; IC: intervalo de confiança;

¹Ajustada para as variáveis do mesmo nível e dos superiores;

²12,8% de ignorados; Salário-mínimo: R\$ 120,00;

³Tendência linear;

⁴O ajuste no 4º nível inclui apenas uma das variáveis: ou “está trabalhando” ou “atividade produtiva”.

Os resultados referentes ao comportamento extroversão entre os mais jovens estão na **Tabela 4**, mostrando a sua maior prevalência entre as crianças com menor renda familiar (com tendência linear), que estavam atrasadas na escolaridade, cujas famílias tinham problemas e que apanhavam em

casa. Os trabalhadores apresentaram 43% maior probabilidade de apresentarem comportamento de extroversão, mantendo-se esse efeito após o controle dos fatores de confusão (RP 1,43; IC_{95%} 1,07-1,92). As atividades produtivas significativamente associadas

Tabela 3 Análise bruta e ajustada, por Regressão de Poisson, para comportamento introversão, na faixa etária de 14 a 17 anos, segundo características das crianças e de suas famílias; Pelotas, RS, 1998 (n = 1.530)

	Prevalência de introversão %	RP (IC _{95%}) bruta	RP (IC _{95%}) ajustada ¹
<i>1º nível: sociodemográficas</i>			
Renda familiar ^{2,3}			
Até 1,0 salário-mínimo	35,8	1,00	1,00
1,1 a 4,0 salários-mínimos	24,9	0,70 (0,53-0,91)	0,70 (0,53-0,91)
> 4,0 salários-mínimos	24,3	0,68 (0,52-0,88)	0,65 (0,50-0,84)
Sexo da criança			
Masculino	27,8	1,00	1,00
Feminino	24,0	0,86 (0,73-1,02)	0,87 (0,72-1,04)
Cor da pele			
Branca	27,5	1,00	1,00
Não branca	20,3	0,74 (0,59-0,93)	0,74 (0,58-0,95)
<i>2º nível: escolaridade da criança</i>			
Escolaridade adequada para idade			
Sim	23,4	1,00	1,00
Não	27,0	1,15 (0,95-1,39)	1,15 (0,93-1,42)
<i>3º nível: problemas e punições familiares</i>			
Problemas familiares			
Não	21,4	1,00	1,00
Sim	31,9	1,49 (1,26-1,76)	1,54 (1,28-1,86)
Apanha de familiar quando erra			
Não	25,1	1,00	1,00
Sim	36,8	1,46 (1,12-1,91)	1,35 (1,01-1,82)
<i>4º nível: trabalho⁴</i>			
Está trabalhando			
Não	26,1	1,00	
Sim	25,2	0,97 (0,78-1,19)	
Atividade produtiva			
Não trabalha	26,1	1,00	1,00
Serviços não domésticos	19,1	0,73 (0,46-1,15)	0,72 (0,43-1,20)
Serviços domésticos	21,8	0,83 (0,50-1,39)	0,96 (0,57-1,64)
Comércio	31,1	1,19 (0,88-1,61)	1,21 (0,89-1,65)
Construção civil	20,8	0,79 (0,45-1,40)	0,68 (0,34-1,35)
Indústria de manufatura	44,4	1,71 (1,01-2,88)	1,75 (1,00-3,08)
Outros	28,6	1,10 (0,34-3,55)	0,94 (0,20-4,52)

RP: razão de prevalência; IC: intervalo de confiança;

¹Ajustada para as variáveis do mesmo nível e dos superiores;

²12,8% de ignorados; Salário-mínimo: R\$ 120,00;

³Tendência linear;

⁴O ajuste no 4º nível inclui apenas uma das variáveis: ou “está trabalhando” ou “atividade produtiva”.

com extroversão foram serviços domésticos e construção civil, com RP 1,57 e 2,93, respectivamente (**Tabela 4**).

A **Tabela 5** mostra a análise de extroversão entre os mais velhos. As meninas de 14 a 17 anos apresentaram maior prevalência de extroversão, com RP de 1,84, e não houve associação com renda. O atraso na escolaridade, a ocorrência de problemas familiares e o apanhar em

casa aumentaram significativamente, em pelo menos 60%, a probabilidade de ocorrência de extroversão entre os mais velhos. Os adolescentes trabalhadores mais velhos apresentaram menor prevalência do comportamento extroversão, mantendo-se esse efeito significativo com o ajuste para os fatores de confusão (RP 0,71; IC_{95%} 0,51-0,98). O trabalho nos serviços

Tabela 4 Análise bruta e ajustada, por Regressão de Poisson, para comportamento extroversão, na faixa etária de 10 a 13 anos, segundo características das crianças e de suas famílias; Pelotas, RS, 1998 (n = 1.608)

	Prevalência de extroversão %	RP (IC _{95%}) bruta	RP (IC _{95%}) ajustada ¹
<i>1º nível: sociodemográficas</i>			
Renda familiar ^{2,3}			
Até 1,0 salário-mínimo	26,3	1,00	1,00
1,1 a 4,0 salários-mínimos	23,6	0,89 (0,66-1,21)	0,89 (0,66-1,20)
> 4,0 salários-mínimos	18,7	0,71 (0,52-0,97)	0,72 (0,53-0,98)
Sexo da criança			
Masculino	22,4	1,00	
Feminino	22,6	1,01 (0,84-1,21)	Ns biv
Cor da criança			
Branca	21,1	1,00	1,00
Não branca	26,7	1,27 (1,04-1,54)	1,16 (0,93-1,45)
<i>2º nível: escolaridade da criança</i>			
Escolaridade adequada para idade			
Sim	16,8	1,00	1,00
Não	30,5	1,81 (1,51-2,18)	1,77 (1,42-2,21)
<i>3º nível: problemas e punições familiares</i>			
Problemas familiares			
Não	16,7	1,00	1,00
Sim	30,4	1,82 (1,52-2,19)	1,60 (1,31-1,97)
Apanha de familiar quando erra			
Não	17,1	1,00	1,00
Sim	33,5	1,97 (1,64-2,35)	1,81 (1,49-2,21)
<i>4º nível: trabalho⁴</i>			
Está trabalhando			
Não	21,8	1,00	1,00
Sim	31,6	1,45 (1,09-1,93)	1,43 (1,07-1,92)
Atividade produtiva			
Não trabalha	21,8	1,00	1,00
Serviços não domésticos	20,0	0,92 (0,38-2,22)	0,77 (0,27-2,15)
Serviços domésticos	38,2	1,75 (1,13-2,72)	1,57 (1,02-2,42)
Comércio	28,6	1,31 (0,80-2,14)	1,42 (0,82-2,42)
Construção civil	44,4	2,04 (0,98-4,26)	2,93 (1,46-5,88)
Indústria manufatura e outros	33,3	1,53 (0,68-3,42)	1,30 (0,56-3,01)

RP: razão de prevalência; IC: intervalo de confiança;

¹Ajustada para as variáveis do mesmo nível e dos superiores;

²12,8% de ignorados; Salário-mínimo: R\$ 120,00;

³Tendência linear;

⁴O ajuste no 4º nível inclui apenas uma das variáveis: ou “está trabalhando” ou “atividade produtiva”.

não domésticos esteve significativamente associado à menor prevalência de extroversão (**Tabela 5**).

Discussão

Este estudo pode contribuir para o entendimento do efeito do trabalho infantil sobre o comportamento de

crianças e adolescentes, mesmo com dados coletados em 1998. Essa afirmação baseia-se em alguns aspectos metodológicos da pesquisa. O estudo avaliou uma grande amostra composta por 3.138 crianças e adolescentes, o que lhe garante alto poder estatístico, tanto para avaliar as associações do trabalho infantil com os desfechos principais – transtornos de comportamento do tipo extroversão (*externalizing*) e introversão (*internalizing*) –,

Tabela 5 Análise bruta e ajustada, por Regressão de Poisson, para comportamento extroversão na faixa etária de 14 a 17 anos, segundo características das crianças e de suas famílias; Pelotas, RS, 1998 (n = 1.530)

	Prevalência de extroversão %	RP (IC _{95%}) bruta	RP (IC _{95%}) ajustada ¹
<i>1º nível: sociodemográficas</i>			
Renda familiar ^{2,3}			
Até 1,0 salário-mínimo	24,8	1,00	1,00
1,1 a 4,0 salários-mínimos	23,7	0,96 (0,69-1,33)	0,98 (0,71-1,35)
> 4,0 salários-mínimos	18,2	0,73 (0,52-1,02)	0,76 (0,55-1,06)
Sexo da criança			
Masculino	15,1	1,00	1,00
Feminino	27,3	1,81 (1,48-2,22)	1,84 (1,48-2,29)
Cor da criança			
Branca	21,5	1,00	
Não branca	20,3	0,94 (0,74-1,19)	
<i>2º nível: escolaridade da criança</i>			
Escolaridade adequada para idade			
Sim	15,5	1,00	1,00
Não	24,1	1,56 (1,24-1,97)	1,66 (1,28-2,16)
<i>3º nível: problemas e punições familiares</i>			
Problemas familiares			
Não	16,1	1,00	1,00
Sim	42,0	1,74 (1,43-2,12)	1,66 (1,41-2,45)
Apanha de familiar quando erra			
Não	19,8	1,00	1,00
Sim	41,5	2,10 (1,63-2,69)	1,85 (1,41-2,45)
<i>4º nível: trabalho⁴</i>			
Está trabalhando			
Não	22,7	1,00	1,00
Sim	15,8	0,70 (0,53-0,91)	0,71 (0,51-0,98)
Atividade produtiva			
Não trabalha	22,7	1,00	1,00
Serviços não domésticos	7,1	0,32 (0,14-0,69)	0,32 (0,12-0,84)
Serviços domésticos	25,5	1,12 (0,71-1,79)	0,93 (0,54-1,56)
Comércio	21,4	0,94 (0,64-1,38)	1,02 (0,68-1,53)
Construção civil	8,3	0,37 (0,14-0,95)	0,43 (0,15-1,28)
Indústria manufatura e outros	12,0	0,53 (0,18-1,52)	

RP: razão de prevalência; IC: intervalo de confiança;

¹Ajustada para as variáveis do mesmo nível e dos superiores;

²12,8% de ignorados; Salário-mínimo: R\$ 120,00;

³Tendência linear;

⁴O ajuste no 4º nível inclui apenas uma das variáveis: ou “está trabalhando” ou “atividade produtiva”.

como também possibilitando o controle de vários fatores de confusão. Essa amostra foi selecionada aleatoriamente de base populacional, buscando-se as crianças e as mães em seu domicílio. Essa estratégia de seleção conferiu uma boa representatividade à amostra, tornando possível avaliar crianças de vários estratos sociais e a inclusão de escolares e não escolares. A aferição dos desfechos com o CBCL, um instrumento com validação satisfatória na sua origem e nas versões para o Brasil, traz uma boa precisão da medida dos transtornos de comportamento. Como eram entrevistados a criança/adolescente (aferir condições de trabalho e escola), a mãe (aferir comportamento infantil) e o responsável pela casa/família (aferir variáveis socioeconômicas e problemas familiares), esta investigação realizou cerca de 10 mil entrevistas para chegar aos resultados. Não foram encontradas na literatura sobre trabalho infantil pesquisas com essas características.

A influência do tempo transcorrido desde a coleta de dados deve ser considerada para a discussão desses resultados. Nesse período, a experiência brasileira com avanços na conscientização e na legislação para retirada de crianças do trabalho, somada a esforços para o combate à pobreza e para melhorias da educação passou a ser apontada pela OIT como modelo para redução do trabalho infantil. Ao mesmo tempo, amenizou-se o perfil de risco a que estão expostos crianças e adolescentes que ainda trabalham (INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION, 2006, 2013; BRASIL, 1998, 2008). Porém este é um estudo analítico que avaliou as associações entre o trabalho e o comportamento infantil e essas devem manter-se, ainda que com algum declínio em sua magnitude.

A ocupação dos mais jovens em serviços domésticos levanta preocupação, uma vez que se associou ao aumento de extroversão e esteve no limite da significância para introversão. Segundo a legislação brasileira, essa atividade é proibida para menores de 18 anos, pois é classificada como trabalho infantil perigoso (TIP) (BRASIL, 2008). Empregadas domésticas brasileiras (14 a 69 anos) referem mais sintomas depressivos e comportamento agressivo do que as empregadas em outras ocupações, particularmente as mais jovens (14 a 26 anos), que apresentam prevalência cerca de 3 a 4 vezes maior de tristeza e cansaço, de crises de irritabilidade e de dor de cabeça (SALES; SANTANA, 2003). O emprego em serviços domésticos desvincula o trabalhador ainda muito jovem de sua família, envolve longas jornadas, às vezes em tempo integral, deixando-o à mercê de seus patrões, frequentemente associando-se com abusos físicos, psicológicos e até mesmo sexuais, podendo vir a desencadear tanto retraimento quanto agressividade (FASSA, 2003).

A inserção dos mais novos na construção civil, com maior ocorrência do comportamento extroversão entre eles, chama atenção, pois esse ramo de atividade é considerado um dos mais perigosos em todo o mundo,

liderando as taxas de acidentes de trabalho fatais e não fatais e de anos de vida perdidos (IRIART et al., 2008). Por conseguinte, também está essa atividade vetada aos menores de 18 anos brasileiros por ser TIP. Em contrapartida, essa ocupação teve a remuneração mais expressiva na amostra deste estudo (FACCHINI et al., 2003b; FASSA, 2003), e esse maior poder aquisitivo pode subsidiar e respaldar a busca de autoafirmação com atitudes de rebeldia.

Entre os mais velhos, a possível proteção conferida pelo trabalho em serviços não domésticos para extroversão pode estar relacionada à maior satisfação com o tipo de trabalho realizado, pois esses incluíam funções como professores de aulas particulares, secretárias, recepcionistas, *office-boys*, auxiliares de esporte, atendente em videolocadoras, músicos, animadores de festas infantis, entre outros. Esses são ambientes de maior sociabilização, mais agradáveis aos jovens e com prováveis maiores perspectivas de aprendizado e de qualificação, além de apresentarem menor risco para desfechos como acidentes. Contudo é preciso ponderar que essa associação pode ser decorrência do efeito do trabalhador sadio pela não admissão ou expulsão dos adolescentes agressivos dessa atividade que exige um maior contato com o público.

A análise da consistência desses achados é prejudicada, pois são escassos os estudos que aferem o comportamento infantil e os relacionam com o trabalho e, quando esses o fazem, utilizam indicadores isolados ou marcadores de comportamento como, por exemplo, uso de álcool, tabaco e drogas, ocorrência de problemas escolares etc. Além disso, as amostras incluem apenas estudantes, em países de renda alta e somente do ensino médio, isto é, na faixa etária mais velha.

A comparação com outros estudos só é possível com inferência a indicadores de comportamento aproximados. Desse modo, há semelhança dos resultados referentes à proteção do trabalho para extroversão entre os mais velhos encontrada no presente estudo com os achados de Mortimer et al. (2002). Esses autores referem que estudantes de 14 a 18 anos empregados em condições nas quais há interação trabalho-escola, isto é, situações em que o que jovem faz no trabalho ajuda na escola e vice-versa e as habilidades adquiridas são úteis para o futuro, apresentam menor depressão e menor autodepreciação e maior autoestima, em ambos os sexos. Por outro lado, não há consistência com Bachman (BACHMAN; SCHULENBERG, 1993), que encontrou correlação direta entre os transtornos emocionais e/ou de comportamento e a jornada de trabalho, questionando, isoladamente, vitimização, agressão interpessoal, briga com os pais e problemas com a polícia, além do uso de álcool, tabaco e drogas ilícitas entre estudantes do último ano do ensino médio (geralmente 17 e 18 anos). Outros autores também apontam o trabalho como fator de risco para uso de álcool, tabaco e drogas, avaliando adolescentes com ≥ 14 anos (CARRIERE, 2005;

WU et al., 2003). Entretanto, é necessário considerar que as variáveis aferidas por esses autores são itens isolados que compõem a escala extroversão. Excetua-se a consistência com a maior prevalência de tabagismo entre os trabalhadores dessa amostra, apresentada em outra publicação (DALL'AGNOL; FASSA; FACCHINI, 2011).

O emprego do CBCL permitiu a abordagem da saúde mental e comportamento de crianças e adolescentes de forma mais abrangente e é um instrumento de boa acurácia, tanto na sua origem como em validação na população brasileira. Neste estudo foi utilizada a versão desse instrumento disponível na época da coleta de dados (ACHENBACH, 1991), porém existem versões mais recentes, elaboradas em 2001, com versão brasileira oficial a partir da unificação das versões desenvolvidas na Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP e Universidade de São Paulo/USP, lançada em 2010.

Na análise das exposições que figuram junto com o trabalho infantil na determinação do comportamento, chama atenção a situação das meninas, diferente da da literatura, que mostra maior prevalência de depressão e introversão (BACHMAN; SCHULENBERG, 1993; BAHLS, 2002; BORDIN et al., 2009). No presente estudo, as meninas mais novas apresentaram menor prevalência de introversão do que os meninos e as mais velhas, maior prevalência de extroversão, o que sugere um perfil de menor passividade.

O atraso na escolaridade, tanto nos mais jovens como nos mais velhos, associou-se com extroversão, mas não esteve associado com introversão. É necessário considerar que a causalidade reversa pode estar presente nesse resultado, pois a criança com desempenho escolar insuficiente pode ser discriminada e levada ao abandono escolar e à reação agressiva.

A repercussão negativa dos problemas familiares e dos castigos físicos sobre o comportamento dos adolescentes chama atenção, pois está presente em todas as análises, isto é, entre trabalhadores ou não, em ambas as idades e transtornos de comportamento. Estudos em periferias pobres de São Paulo também mostraram que crianças e adolescentes sujeitos a punições severas e a problemas em sua família, como ansiedade ou depressão materna e ausência de figura paterna, apresentaram maior prevalência de extroversão (BORDIN et al., 2009; PAULA et al., 2008). Esses dados

apontam a necessidade de discussão e posicionamento da sociedade sobre as repercussões das punições familiares adotadas para crianças e adolescentes. A aprovação da chamada “Lei da Palmada” pelo Congresso Nacional, em 2014, vem nesse sentido. Ela incluiu, no Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito de ser educado e cuidado sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante. Ao mesmo tempo, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo a obrigatoriedade da inserção de conteúdos sobre direitos humanos e prevenção da violência contra a criança e o adolescente nos currículos escolares (BRASIL, 2014).

O avanço do conhecimento da influência do trabalho sobre os transtornos emocionais e/ou comportamento de crianças e adolescentes requer que as futuras investigações utilizem estratégias que considerem as limitações desse estudo, principalmente no referente ao seu delineamento transversal, sujeito ao viés da causalidade reversa. Outra limitação deste estudo a ser contornada é o reduzido poder estatístico para investigar algumas variáveis mais específicas, tanto de comportamento quanto de trabalho. Assim, estudos longitudinais podem contribuir para elucidar a temporalidade das associações trabalho-escola e trabalho-comportamento e amostras com maior contingente de trabalhadores permitirão o detalhamento da investigação pelas síndromes mais específicas do CBCL ou por atividade produtiva ou função.

Conclusão

Os resultados deste estudo sugerem que o prejuízo ao comportamento de adolescentes, tanto de introversão como de extroversão (agressividade), é mais um dos danos decorrentes do trabalho infantil propriamente dito, reforçando a necessidade de sua erradicação. Além disso, apontam os serviços domésticos e a construção civil como atividades nas quais foi maior a prevalência de transtornos emocionais e/ou de comportamento tipo extroversão, na faixa etária de 10 a 13 anos. Por outro lado, o trabalho dos adolescentes mais velhos, em especial em atividades de serviços não domésticos, pode trazer benefícios ao comportamento, como a proteção ao perfil extroversão.

Contribuições de autoria

Todos os autores contribuíram substancialmente no planejamento, no levantamento e na análise dos dados e no processo de elaboração e revisão do texto.

Referências

- ACHENBACH, T. M. *Manual for the child behavior checklist/4-18 and 1991 profile*. Burlington: University of Vermont Department of Psychiatry, 1991.
- BACHMAN, J. G.; SCHULENBERG, J. How part-time work intensity relates to drug use, problem behavior, time use, and satisfaction among high school seniors: Are these consequences or merely correlates? *Developmental Psychology*, Washington, v. 29, n. 2, p. 220-235, 1993.
- BAHLS, S. C. Epidemiology of depressive symptoms in adolescents of a public school in Curitiba, Brazil. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 63-67, 2002.
- BENVEGNÚ, L. A. et al. Work and behavioural problems in children and adolescents. *International Journal of Epidemiology*, England, v. 34, n. 6, p. 1417-1424, 2005. <http://dx.doi.org/10.1093/ije/dyi187>. PMID:16144859.
- BORDIN, I. A. et al. Severe physical punishment: risk of mental health problems for poor urban children in Brazil. *Bulletin of the World Health Organization*, Geneva, v. 87, n. 5, p. 336-344, 2009. <http://dx.doi.org/10.2471/BLT.07.043125>. PMID:19551251.
- BORDIN, I. A. S. et al. Validação da versão brasileira do "Child behavior Checklist (CBCL) (Inventário de Comportamentos da Infância e Adolescência): dados preliminares. *Revista ABP-APAL*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 55-66, 1995.
- BORDIN, I. A. et al. Child Behavior Checklist (CBCL), Youth Self-Report (YSR) and Teacher's Report Form (TRF): an overview of the development of the original and Brazilian versions. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 13-28, 2013. PMID:23370021.
- BRASIL. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea "d", e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 jun. 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>. Acesso em: 3 nov. 2013.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 dez. 1998. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm>. Acesso em: 3 nov. 2013.
- BRASIL. Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm>. Acesso em: 3 nov. 2014.
- CARRIERE, G. Weekly work hours and health-related behaviours in full-time students. *Health Reports*, Washington, v. 16, n. 4, p. 11-22, 2005. PMID:16190321.
- DALL'AGNOL, M. M.; FASSA, A. G.; FACCHINI, L. A. Child and adolescent labor and smoking: a cross-sectional study in southern Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 46-56, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2011000100005>.
- FACCHINI, L. A. et al. Individuals at risk: the case of child labor. In: HEYMANN, J. (Ed.). *Global inequalities at work*. New York: Oxford, 2003a. p. 52-71.
- FACCHINI, L. A. et al. Trabalho infantil em Pelotas: perfil ocupacional e contribuição a economia. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 953-961, 2003b. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232003000400017>.
- FASSA, A. G. et al. *Child labour: a public health perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- FASSA, A. G. *Health benefits of eliminating child labour*. Geneva: International Labor Organization, 2003.
- FISCHER, F. M.; NAGAI, R.; TEIXEIRA, L. R. Explaining sleep duration in adolescents: the impact of socio-demographic and lifestyle factors and working status. *Chronobiology International*, v. 25, n. 2, p. 359-372, 2008. <http://dx.doi.org/10.1080/07420520802110639>. PMID:18533330.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo demográfico 1991: resultados preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.
- INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION – ILO. *A eliminação do Trabalho Infantil: um objetivo ao nosso alcance*. Brasília: International Labor Organization, 2006. Relatório Global – 2006. Suplemento – Brasil.
- INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION – ILO. *Global child labour trends 2008 to 2012*. Geneva: International Labor Organization, 2013.

- IRIART, J. A. et al. Representations of informal jobs and health risks among housemaids and construction workers. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 165-174, 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232008000100021>.
- KINNEY, J. A. Health hazards to children in the service industries. *American Journal of Industrial Medicine*, New York, v. 24, n. 3, p. 291-300, 1993. <http://dx.doi.org/10.1002/ajim.4700240306>. PMID:8238029.
- MACHADO NETO, A. S.; CRUZ, A. A. Tabagismo em amostra de adolescentes escolares de Salvador-Bahia. *Jornal de Pneumologia*, Brasília, v. 29, n. 5, p. 264-272, 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-35862003000500004>.
- MORTIMER, J. et al. The effect of work intensity on adolescent mental health achievement, and behavioral adjustment: New evidence from a prospective study. *Child Development*, Chicago, v. 67, n. 3, p. 1234-1261, 1996. PMID:8706520.
- MORTIMER, J. T. et al. Adolescent work history and behavioral adjustment. *Journal of Research on Adolescence*, Mahwah, v. 2, n. 1, p. 59-80, 1992a. http://dx.doi.org/10.1207/s15327795jra0201_3.
- MORTIMER, J. T. et al. Work experience, mental health, and behavioral adjustment in adolescence. *Journal of Research on Adolescence*, Mahwah, v. 2, n. 1, p. 25-57, 1992b. http://dx.doi.org/10.1207/s15327795jra0201_2.
- MORTIMER, J.; HARLEY, C.; STAFF, J. The quality of work and youth mental health. *Work and Occupations*, Newbury Park, v. 29, n. 2, p. 166-197, 2002. <http://dx.doi.org/10.1177/0730888402029002003>.
- PAULA, C. S. et al. Mental health and violence among sixth grade students from a city in the state of São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 524-528, 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102008005000027>.
- SAFRON, D. J.; SCHULENBERG, J. E.; BACHMAN, J. G. Part-time work and hurried adolescence: the links among work intensity, social activities, health behaviors, and substance use. *Journal of Health and Social Behavior*, Washington, v. 42, n. 4, p. 425-449, 2001. <http://dx.doi.org/10.2307/3090188>. PMID:11831141.
- SALES, E. C.; SANTANA, V. S. Depressive and anxiety symptoms among housemaids. *American Journal of Industrial Medicine*, New York, v. 44, n. 6, p. 685-691, 2003. <http://dx.doi.org/10.1002/ajim.10280>. PMID:14635246.
- SHANAHAN, M. J. et al. Adolescent work experience and depressive affect. *Social Psychology Quarterly*, Washington, v. 54, n. 4, p. 299-317, 1991.
- STATA CORP. *Stata statistical software*. College Station: Stata Corporation, 2001.
- STEINBERG, L. et al. Negative impact of part-time work on adolescent adjustment: evidence from a longitudinal study. *Development Psychology*, Washington, v. 29, n. 2, p. 171-180, 1993.
- STEINBERG, L.; CAUFFMAN, E. The impact of employment on adolescent development. *Annals of Child Development*, London, v. 11, p. 131-166, 1995.
- STEINBERG, L.; DORNBUSCH, S. M. Negative correlates of part-time employment during adolescence: Replication and elaboration. *Developmental Psychology*, Washington, v. 27, n. 2, p. 304-313, 1991.
- TEIXEIRA, L. R. et al. Sleep and sleepiness among working and non-working high school evening students. *Chronobiology International*, New York, v. 24, n. 1, p. 99-113, 2007. <http://dx.doi.org/10.1080/07420520601139763>. PMID:17364582.
- TEIXEIRA, L. R. et al. Sleep patterns of day-working, evening high-schooled adolescents of São Paulo, Brazil. *Chronobiology International*, New York, v. 21, n. 2, p. 239-252, 2004. <http://dx.doi.org/10.1081/CBI-120037808>. PMID:15332345.
- WU, L. T.; SCHLENGER, W. E.; GALVIN, D. M. The relationship between employment and substance use among students aged 12 to 17. *The Journal of adolescent health: official publication of the Society for Adolescent Medicine*, Deerfield, v. 32, n. 1, p. 5-15, 2003. [http://dx.doi.org/10.1016/S1054-139X\(02\)00447-0](http://dx.doi.org/10.1016/S1054-139X(02)00447-0). PMID:12507796.